

De dispositivo de prescrição às racionalidades cotidianas: o orçamento doméstico e familiar no Brasil*

*Elaine da Silveira Leite***

Resumo

Este artigo esboça uma (re)construção histórica do orçamento doméstico e/ou familiar via um balanço bibliográfico, buscando interrelacionar a trajetória das expressões com a percepção de mulheres de baixa renda sobre o orçamento no dia a dia. As primeiras evidências desnaturalizam a visão racional e prescritiva de orçamento, que ficou relegada ao âmbito dos economistas bem como dos Institutos de Pesquisa, nos quais o orçamento passa a ser naturalizado e incorporado como modelo racional, isto é, torna-se um dispositivo estatístico de mediação de pobreza e de poder de consumo, de modo que os mecanismos sociais que os sustentam na prática diária não são levados em consideração. Por fim, este artigo enfatiza, assim, a importância desse objeto para a compreensão das sociedades contemporâneas via o aporte da sociologia econômica.

Palavras-chave: orçamento doméstico, orçamento familiar, dispositivo, racionalidades.

* Este artigo apresenta os primeiros resultados do projeto de pesquisa “Ressignificando a economia: da sociologia das práticas econômicas à sociologia fiscal no Brasil”, juntamente com dados da realização de grupo focal com mulheres de baixa renda que compõe a dissertação “Entre o amor e o dinheiro: as tramas cotidianas das transações econômicas”, de Tanise Brincker, os quais estão vinculados ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Agradeço, em especial, o incentivo e a colaboração de Marina de Souza Sartore na revisão deste artigo.

** É doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos e Professora de Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFPel), coordenadora do GENS (Grupo de Estudos em Novas Sociologias - Econômica, Finanças e Família). E-mail: elaineleite10@gmail.com.

From the device to the rationalities: the domestic and family budget in Brazil

Abstract

This article outlines a historical (re)construction of the domestic and/or family budget using bibliographic review, searching for connections between the daily media expressions and the perception of low-income women about their daily budget. The first evidences question the naturalized rational and prescriptive vision of the budget built by economists and Research Institutes turning it into a statistical device to measure poverty and consumption power but, the social mechanisms that support it in daily life are not taken into account. This article emphasizes the importance of approaching the daily budget as an economic sociological object for the understanding of contemporary societies.

Keywords: Household budget, family budget, device, rationalities.

Introdução

No dia a dia, ao refletirmos sobre o orçamento doméstico e procurarmos pelo termo em qualquer buscador da internet iremos nos deparar, num primeiro momento, com anúncios e informações que vêm acompanhados de manchetes como: “Aprenda a fazer o seu orçamento doméstico em quatro passos”¹; “Calculadora: aprenda a planejar o orçamento doméstico”²; “Orçamento doméstico sem mistério, faça o seu agora”³, entre outras. Isso

1 Disponível em <<https://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2015/06/09/como-organizar-o-orcamento-domestico-em-quatro-passos.htm>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

2 Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/financas/meubolso/2014-01-12/calculadora-aprenda-a-planejar-o-orcamento-domestico-de-2014.html>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

3 Disponível em: <https://blog.guiabolso.com.br/2014/11/26/orcamento-domestico-sem-misterios-faca-o-seu-agora/>. Acesso em 10 de maio de 2017.

é, encontramos uma prescrição na forma de dicas, conselhos e ferramentas elaborados por consultores financeiros que fornecem caminhos para a realização de um planejamento financeiro, a partir de uma organização ordenada das rendas e despesas que compõem uma possível estimativa referente às previsões de consumo e poupança de uma família.

Entretanto, ao realizarmos um rápido exercício sociológico, verificamos que o orçamento expressa, literalmente, as leis naturais fundadoras da ciência econômica; no qual podemos observar o orçamento doméstico como um dispositivo de controle entre rendas e despesas, ou seja, um modelo prescritivo comportamental para indivíduos e famílias que vem acompanhado de estatísticas gerais e passam a organizar via aplicativos, gráficos e índices a situação econômica, detalhando as rendas e possíveis gastos do cotidiano, ordenados por categorias, como exemplo: alimentação, moradia, transporte, saúde, educação, previdência, lazer e demais gastos inesperados; a partir disto, indica-se o quanto (porcentagem de acordo com a renda) deve ser gasto em cada item e o montante que deve ser poupado e/ou investido, com o intuito de assegurar um orçamento equilibrado e “saudável”⁴.

Assim, o orçamento doméstico torna-se um dispositivo que nos fornece “modelos limpos” (cf. Hirsch, Michael e Friedman, 1987), ou seja, fórmulas que sintetizam o comportamento de poupar e gastar e possuem poder de prescrição da realidade social, criando os sentidos de como deve ser planejado um orçamento “saudável”. Não apenas o conteúdo do orçamento passa a ser naturalizado e incorporado como também a sua forma, cons-

4 Vale enfatizar que a expressão “saudável” é utilizada amplamente por economistas e consultores financeiros fazendo referência direta à ideia de racionalidade (equilíbrio entre gastos e renda), no sentido em que a economia *mainstream* emprega o termo. Aqui também podemos fazer a relação direta que paira sobre o imaginário de economistas como “médicos” da sociedade, o que reforça a analogia da economia como esfera natural, assim a ideia de orçamento saudável se torna legítima e é facilmente associada à saúde do corpo.

tituída de categorias racionais preestabelecidas que enquadram a forma de cálculo de modo que os mecanismos sociais que os sustentam na prática diária nunca são levados em consideração. Nesse sentido, este artigo aprofunda o exercício sociológico e busca desnaturalizar a visão racional e prescritiva que ampara o orçamento no cotidiano de famílias demonstrando as racionalidades envolvidas na construção cotidiana do orçamento.

Assim, a parte inicial deste artigo reflete o primeiro passo do processo de desnaturalização, que é recuperar a gênese devolvendo ao orçamento doméstico e familiar a sua historicidade, buscará esboçar uma construção histórica do orçamento doméstico e familiar via o campo da sociologia, e, em seguida, a fim de mostrar o enquadramento do orçamento. A segunda parte realiza um breve balanço no espaço público brasileiro via a análise da trajetória das palavras “orçamento doméstico” e “orçamento familiar” no acervo do jornal O Estado de S. Paulo dando destaque às primeiras aparições do termo e resgatando a sua frequência e a forma como o objeto foi enquadrado ao longo do período de (quase) 150 anos⁵, para em seguida retomar a apropriação da temática pelos Institutos de pesquisa no país. Logo após, via o aporte teórico da sociologia econômica e dados de uma pesquisa realizada com mulheres sobre a percepção do orçamento doméstico, argumentamos que na prática diária, as categorias de prescrição que constroem o orçamento doméstico não são levadas em consideração e destacamos a importância de desnaturalizar a ideia do orçamento como dispositivo estatístico (hipotético) e, conseqüentemente, apontar *insights* de como a relação entre orçamento formal e práticas cotidianas interferem nas ideias de pobreza e de poder de consumo. A última parte contém as considerações finais.

5 O jornal O Estado de S. Paulo disponibiliza o seu acervo digitalizado desde janeiro de 1875, assim, são 141 anos de notícias possíveis de consulta online.

1 O percurso das pesquisas sobre o orçamento familiar

Primeiramente, cabe destacar que quando iniciamos a busca para a realização de um balanço bibliográfico sobre o orçamento doméstico nos mais diversos periódicos em âmbito internacional e nacional, nos deparamos também com a aparição do termo orçamento familiar; assim, para este artigo consideraremos as duas expressões – orçamento doméstico e orçamento familiar – tanto para o balanço bibliográfico quanto para a análise da trajetória dos termos no espaço público midiático. As variações do uso do termo são tomadas como sinônimos, mas ficarão claras ao leitor à medida que começarmos a apresentar as evidências deste trabalho.

De modo geral, notamos que, nas ciências sociais, é possível encontrar estudos que abordam o orçamento de maneira secundária, pois o utilizam como um dado para tratar de temáticas que, por um lado, seguem pelo âmbito das pesquisas sobre consumo, poder de compra e aferição dos índices de pobreza; e, por outro lado, mais recentemente, adentram pela questão de gênero, em especial no que tange ao incremento da renda familiar, por exemplo, com a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Antes de mais nada, vale enfatizar que estudos que tangenciam a questão do orçamento podem ser recuperados pela questão da contabilidade, e, de certa forma, foram realizados pelos autores clássicos como Max Weber, Werner Sombart e mesmo Joseph Schumpeter, considerados fundadores da sociologia econômica. Cada um à sua maneira, apontaram, de acordo com Carruthers e Espeland (1991), o papel técnico central que a contabilidade desempenhou no aumento da racionalidade moderna e na promoção do desenvolvimento dos métodos de produção capitalistas⁶.

6 Para uma discussão que envolve possíveis diferenças entre o oikos e a firma, a partir de Max Weber e Karl Polanyi, ver: Pauli, J.; Leite, E. S.; Rosenfield, C. L. Entre o oikos e a firma: a influência do crédito na transição socioeconômica da agricultura familiar brasileira. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ), v. 24, p. 28-42, 2016. In: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/634/434>

Entretanto, nosso balanço seguirá estritamente os estudos que partem e abordam diretamente o orçamento. A revisão bibliográfica sobre orçamento demonstra que esta prática adentrou pela esfera dos *surveys* nacionais, o que o associou aos estudos de pobreza e consumo principalmente das classes trabalhadoras. No Brasil, esses temas repercutem em análises de padrões de níveis de vida (Ramos, 1949), entretanto, o tema acaba por ser esquecido pelas ciências sociais e vira território legítimo de estudo de economistas e estatísticos.

O texto de Zimmermann, intitulado “O orçamento familiar como ferramenta para a análise sociológica” [tradução minha], publicado na *American Journal of Sociology* em 1936 é considerado um dos marcos dos estudos sobre o orçamento no século XX. Nesse artigo, o referido autor realiza um balanço das pesquisas sobre o orçamento e relata a importância do objeto para os sociólogos, em especial, os estudiosos do mundo rural, para a compreensão tanto dos processos de urbanização como de ruralização e seus efeitos no comportamento dos grupos sociais.

Zimmermann (1936, p. 903) aponta Frederic LePlay e Ernest Engels como os pioneiros que tomaram o orçamento como ferramenta principal de análise. O primeiro, economista francês, nas palavras de Zimmermann (1936, p. 903), explorou o orçamento como o ponto de partida para o estudo da família, que é a unidade central de seu trabalho, desenvolvido na década de cinquenta do século XIX; já Engels, estatístico e economista alemão, criou leis para o entendimento do orçamento familiar, a mais conhecida, foi intitulada como “Lei de Engels” e retrata que à medida que a renda aumenta, diminui a proporção da renda que é gasta com alimentos (Zimmermann, 1936, p. 904). Assim, Zimmermann (1936) enfatiza como o orçamento é fundamental, em especial, para o entendimento da mobilidade social, e de muitos eventos que acontecem na esfera individual; já que com o processo de urbanização e o aumento da renda, o comportamento dos indivíduos vai além da compra da terra (elemento

principal do mundo rural) e adentra para as situações cotidianas que multiplicam as alternativas de escolha dos indivíduos (Zimmermann, 1936, p. 907). Desse modo, enfatiza que os efeitos do processo de urbanização no comportamento social podem levar a organização do orçamento para uma esfera mais individualizada, sinalizando os efeitos dos processos de mobilidade social. Zimmermann (1936) também ressalta que os economistas têm expressado significativo interesse na temática do orçamento ao apontar as curvas de demanda e custo de vida para o entendimento dos comportamentos dos indivíduos. Agora, segundo o autor, cabe ao sociólogo, através do estudo social do orçamento, analisar os diferentes estratos agrícolas e urbanos para o entendimento da sociedade.

Nesse percurso de investigação bibliográfica foi possível notar uma estreita relação entre a questão do orçamento e do consumo; deste modo, Langlois (2002), ao traçar perspectivas sobre novas orientações para uma sociologia do consumo, enfatiza o pioneirismo empírico e a relevância das pesquisas sobre a questão do orçamento. Assim como apresentou Zimmermann (1936), o primeiro destaque é para Le Play e Engels. Em seguida, Langlois (2002) relembra os estudos de Maurice *Halbwachs*, que através do mapeamento dos orçamentos familiares, traçou indicadores das necessidades de consumo dos atores sociais e de suas respectivas classes sociais. Ele também lista estudos sobre o consumo das famílias e das representações sociais das condições de vida na década de 1960 no Quebec, realizados por Marc-Adéland Tremblay e Gérald Fortin, para enfatizar a importância da temática, bem como a amplitude geográfica das pesquisas. Já do outro lado do Atlântico, Langlois (2002) elenca a importância da escola de Chicago e o destaque vai para Zimmermann (1936), como apontado acima, quem examinou o consumo das famílias rurais e urbanas via o orçamento para compreender os efeitos da urbanização.

Nessa trajetória, cabe mencionar o pioneirismo da escola britânica que, de acordo com Deeming (2010), ao procurar traçar um

histórico das pesquisas sobre o orçamento familiar como instrumento de análise dos padrões de vida, enfatiza que tais estudos podem ter-se originado na Grã-Bretanha no século XVII; entretanto, nas palavras de Deeming (2010, p. 766) os estudos sobre o orçamento ganharam força com investigadores sociais a partir do século XVIII e XIX.

Uma geração de economistas e estatísticos também seguiu para esse campo de análise que tratou via orçamento de questões sobre a classe trabalhadora, a prosperidade nacional e a queda dos preços dos alimentos. É interessante notar, segundo Deeming (2010), que tais estudos eram demasiados hipotéticos e estatísticos e, a princípio, os pesquisadores passaram a rejeitá-los. Mesmo assim, ainda no século XVIII, os estudiosos na Inglaterra desenvolveram a tradição da investigação do orçamento familiar que envolve o contato direto com as famílias, corroborando com o avanço das pesquisas sobre o orçamento na era moderna (Deeming, 2010, p. 769). O autor retrata que, em fins do século XIX e início do século XX, o *survey* como instrumento de análise “tornou a coleta de dados mais fácil, mais barata e não menos precisa” [tradução minha] (Deeming, 2010, p. 774); assim, tais avanços trouxeram uma mudança epistemológica no que concerne pesquisar e entender o orçamento familiar. Ainda no final do século XIX, Deeming (2010) relata que os *surveys* passam a ser reconhecidos pelos funcionários públicos britânicos para definir o orçamento familiar e monitorar o nível de vida da população, assim, nas décadas de 1930 e 1950 – “De fato, a introdução do *survey* contínuo sobre as despesas das famílias em 1957 marcou uma nova era para a investigação sobre a pobreza no Reino Unido (Dunn, 2008)” [tradução minha] (Dunn apud Deeming, 2010, p. 778). Assim, os *surveys* passaram a ser realizados por agências governamentais para levantamentos sistemáticos e classificações de padrões de vida da população, e a implicação direta deste fato foi o afastamento de pesquisadores sociais dos estudos sobre o orçamento.

Entretanto, Deeming (2010) ressalta que há dois momentos sobre o processo de distanciamento de investigadores sociais da questão do orçamento. De modo geral, primeiramente, a dominação e o impacto da metodologia quantitativa acabam cedendo espaço para a realização de *surveys* em grande escala pelas agências nacionais. Em segundo plano, está a mudança da interpretação da “pobreza”, via padrões orçamentários, na qual enfatiza que “a renda tornou-se um indicador para medir a pobreza e como as medidas de renda tornaram-se definidor do significado de pobreza na sociedade britânica” [tradução minha] (Deeming, 2010, p. 782).

Assim, o contexto político e socioeconômico, bem como a formação e estrutura das agências governamentais de estatística, é importante para entender os percursos das pesquisas que têm como cerne o orçamento familiar (Roberts, 2016). Desse modo, Roberts (2016) enfatiza que os estudos do orçamento familiar nos domínios britânicos autônomos, que agregam também países como Austrália, Canadá, Nova Zelândia e África do Sul, foram realizados esporadicamente antes da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, assim como Deeming (2010), o autor destaca que a “(...) infra-estrutura estatística dos governos e a existência de outras fontes de dados reduziram a necessidade de coletar estudos do orçamento doméstico” [tradução minha] (Roberts, 2016, p. 04).

Cabe enfatizar que o percurso de legitimação do orçamento como objeto de análise, seja via as ciências sociais aplicadas, seja via sociologia, foi penetrado por uma matriz positivista, inspirada pelos conhecimentos desenvolvidos por Leplay e Engels que, para além de adentrar na academia e estimular pesquisas governamentais daquela época, também estão em consonância com valores e interesses dos setores dominantes da sociedade, sejam conservadores, sejam de base reformista de caráter assistencialista, no que concerne à questão da pobreza (Roberts, 2016; Deeming, 2010).

Esse breve encadeamento epistemológico e, até mesmo, metodológico nos revela como a questão do orçamento passou a ser empregada como sinônimo de pobreza, isto é, tornou-se um dispositivo de aferição de padrões de vida e poder de compra; assim, parece ter sido reduzido a um dispositivo hipotético de medição de pobreza e poder de consumo via indicadores de renda e despesa reduzidos ao fator monetário. A história também reflete uma divisão do trabalho entre economista e estatísticos com os sociólogos, relegando tal objeto à tendência macroeconômica e sociodemográfica, obscurecendo a discussão sobre os mecanismos sociais que envolvem compreender o orçamento na forma como ele é constituído objetiva e subjetivamente no cotidiano das famílias.

No Brasil, os trabalhos acadêmicos sobre o orçamento familiar e doméstico no âmbito das ciências sociais são escassos, mas, seguindo alguns rastros, temos o estudo seminal de Alberto Guerreiros Ramos – “A sociologia do orçamento familiar” (1949) – publicado na Revista de Serviço Público e, posteriormente, em 1950, organizado como livro pelo Departamento de Imprensa Nacional.

Cabe enfatizar que Ramos (1949) foi influenciado pela escola de Chicago, e, assim, teceu críticas à sociologia positivista praticada em sua época, propondo uma sociologia mais engajada e próxima da realidade social; de tal modo, abordou temáticas que vão além do orçamento familiar, como puericultura, mortalidade infantil, níveis de vida, classes sociais, pobreza, saúde das massas e medicina popular⁷. Tais preocupações ficam evidentes a partir das informações encontrados na contracapa de seu livro, a qual especifica que os capítulos da referida obra são sínteses de palestras que Guerreiro Ramos ministrou no ano de 1948, no

7 A trajetória acadêmica de Alberto Guerreiro Ramos também foi marcada pelo tema da administração pública e das organizações do Estado, contribuindo, para o desenrolar de uma sociologia das organizações no Brasil.

Departamento Nacional da Criança, no curso de Puericultura e Administração, destinado à formação de médicos puericultores.

Retomando a questão do orçamento familiar, em seu livro, o referido sociólogo buscou coletar dados para a realização do estudo das condições demográficas, sociais e econômicas, ao abordar questões como níveis de vida, classes sociais e saúde dos brasileiros. Já no primeiro capítulo, Ramos (1950) enfatiza que os hábitos de consumo prendem-se a configurações culturais e, desta forma, parte do pressuposto de que a quantidade e a qualidade do consumo de cada classe social são específicos. Ramos (1950), no Brasil, também recupera os autores de âmbito internacional, como Max Weber, ao fazer um paralelo entre orçamento e classes sociais, Zimmermann, ao refletir sobre padrões de custo de vida, Halbwachs e LePlay, ao mencionar o consumo e a relação com a classe trabalhadora. Já no âmbito nacional, Ramos recupera Viveiro de Castro ao citar a relação entre os grupos sociais e as despesas com alimentação. Assim, a proposta de uma sociologia do orçamento no Brasil por Ramos perpassa os debates que estavam acontecendo em âmbito internacional. Entretanto, suas propostas para fazer da sociologia uma ciência engajada e trazer para análise objetos como o orçamento familiar parecem não ter tido repercussão no campo acadêmico nacional.

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar demais sociólogos, aqui destaco Florestan Fernandes (1978), que não tiveram como ponto de partida o orçamento, mas de certa forma, ao menos, buscaram apontar formas de constituição do orçamento, como das famílias negras que, em muitos casos, o orçamento advinha do trabalho doméstico das mulheres negras realizado nas casas das famílias, conforme ressalta:

Sem a sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da “população de cor” [grifo do autor] teria sucumbido ou refluído para outras áreas. Heroína muda e paciente, mais não

podia fazer senão resguardar os frutos de suas entranhas: manter com vida aqueles a quem dera a vida! (Fernandes, 1978, p. 211).

Já Evaristo de Moraes Filho (1971), ao estudar a classe operária, aponta o processo de migração de famílias pobres para os grandes centros urbanos, a procura de emprego. Como tais condições eram precárias, passa a destacar as situações de trabalhos exaustivos e mal remunerados, em condições insalubres, bem como a saga de mulheres e crianças que acabavam também condenadas a tais serviços em busca de colaborar com *o orçamento doméstico*.

Contudo, tal sociologia do orçamento familiar ou doméstico não ganhou repercussão na sociologia brasileira. Na verdade, nas ciências sociais de modo geral, os estudos seguiram temas que buscavam abranger questões relacionadas às mudanças culturais, considerando o avanço do sistema capitalista e a modernização do país a partir do âmbito público, ou, mesmo, pesquisas sobre a constituição do orçamento familiar como critério estritamente monetário, conduzidos pelos institutos de pesquisa; assim, o orçamento doméstico e os mecanismos sociais que o compõem foram ofuscados pela ciência social como um todo; de tal modo, veremos, no próximo item, como o orçamento familiar passou a ser naturalizado através da trajetória das expressões no espaço público midiático, bem como via os institutos de pesquisa no Brasil.

2 A naturalização do orçamento no espaço público midiático e o campo de domínio pelos Institutos de Pesquisa

De modo geral, constatamos que existem recentes pesquisas acadêmicas que abordam o orçamento, mas que partem de dados elaborados por Institutos de Pesquisa, assim, podemos afirmar que, em especial, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística) tornou-se o principal produtor de dados sobre o orçamento no Brasil. Antes de mais nada, cabe destacar a mobilidade dos termos orçamento familiar e orçamento doméstico, isto é, em muitos casos, aparecem como sinônimos, contudo, via a revisão bibliográfica e as investigações desenvolvidas pelos institutos de pesquisa, o uso do termo orçamento familiar parece estar mais ligado às análises macrosociais, e o orçamento doméstico fica restrito ao âmbito, digamos, do senso comum, das atividades referentes à economia do cotidiano quando lidamos com as despesas da casa.

Desse modo, notamos que quando procuramos pelo termo orçamento doméstico, e mesmo familiar, em qualquer buscador da internet, como já enfatizado no início deste artigo, nos deparamos com uma infinidade de anúncios e informações que vêm acompanhados de legendas como: “Aprenda a fazer o seu orçamento doméstico em quatro passos”; “Calculadora: aprenda a planejar o orçamento doméstico”; “Orçamento doméstico sem mistério, faça o seu agora”, e poucas referências deste formato surgem com o termo “orçamento familiar” – por exemplo: “Dicas Práticas para Organizar o Orçamento Familiar” –; entretanto, há uma certa predominância da expressão orçamento doméstico no que tange à apresentação de ferramentas por consultores financeiros para a organização das contas da economia da casa, isto é, encontramos dicas, conselhos e ferramentas elaborados por consultores financeiros que fornecem caminhos para a realização de um planejamento financeiro a partir de uma organização ordenada das contas e despesas que compõem uma possível estimativa referente às previsões da capacidade de consumo e poupança de uma família.

Para desvelar a aparição das expressões orçamento doméstico e orçamento familiar consideramos importante explorar, ao menos brevemente, a trajetória dos termos no espaço público brasileiro e, para isto, escolhemos o acervo do jornal O Estado

de S. Paulo⁸, que encontra-se digitalizado e fornece quase 150 anos de notícias; desta forma, procuramos pela primeira vez que foi veiculado o termo orçamento doméstico e orçamento familiar; logo após, apresentaremos duas reportagens (de ambos os termos) referente ao momento de aumento da frequência das expressões e destacamos as duas últimas reportagens veiculadas de cada termo⁹. A partir da ideia de repertórios culturais (Swidler, 1986)¹⁰, buscamos destacar a predominância relativa dos conteúdos que envolveram os termos no referido meio de comunicação. Para, em seguida, retornamos ao campo de domínio das expressões via os Institutos de Pesquisa.

2.1 O orçamento doméstico no espaço público

A primeira vez em que apareceu a expressão orçamento doméstico foi em 30 de julho de 1900, na reportagem intitulada – “A lenha e as mattas”¹¹, matéria de capa do jornal escrita por Alberto Loefgren, naquela época, conhecido por liderar uma campanha de conscientização sobre as causas ambientais e cobrar das autoridades a criação de leis e códigos de proteção ambiental¹². Na referida reportagem, o botânico ressalta a importância e o peso do valor monetário da lenha, que era

8 Essa ideia sobre a realização de um balanço no espaço público brasileiro dos referidos termos no acervo do jornal O Estado de S. Paulo surgiu da leitura do texto “Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado”, de Nadya Araujo Guimarães, *Cadernos Pagu* (46), janeiro-abril de 2016: 59-77.

9 A busca no acervo do jornal para esta publicação foi realizada até 30 de abril de 2017.

10 Isso é, procuramos observar como foram enquadrados os referidos termos em determinado período, já que, de acordo com (Swidler, 1986), entendemos cultura como veículos simbólicos de significados; neste caso, buscamos apresentar um kit de símbolos e visões de mundo que acompanharam os termos de acordo com a sua primeira e última aparição e frequência no acervo do jornal.

11 Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19000730-7919-nac-0001-999-1-not/busca/or%C3%A7amento+dom%C3%A9stico>. Acesso 10 de abril de 2017.

12 Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/lofgalb.htm>. Acesso 10 de abril de 2017.

o principal combustível doméstico daquele tempo; assim, reforça seu argumento ao enfatizar que – “e as donas de casa, que ainda se lembram daqueles saudosos tempos, com pesar registram agora nos seus cadernos de gastos mensal mais esse aumento sensível do seu orçamento doméstico”¹³. De acordo com Loefgren, o aumento do preço da lenha é decorrência do assombroso desenvolvimento da cidade de São Paulo. Desse modo, sabendo da empreitada do autor, sobre as campanhas de conscientização, notamos que questões “sagradas” [grifo nosso], como a esfera da casa e a natureza, são subjetivamente apresentadas como opostas ao “assombroso” crescimento da cidade de São Paulo; bem como o autor envolve as mulheres em seu discurso, e, ao mesmo tempo, aponta-as como as responsáveis pelo controle do orçamento doméstico.

Aqui vale destacar Zelizer (2003), que retrata como foi conferido, historicamente, às mulheres a “estranha” [grifo nosso] posição de administradoras e responsáveis pelo orçamento da casa¹⁴; já que naquela época, também no Brasil, o homem era o representante da família, e a mulher era subordinada à autoridade legal do pai ou do marido, a qual ainda não participava diretamente do mercado de trabalho e não podia exercer legalmente uma profissão; assim, era a responsável pelo orçamento, de acordo com a quantia de dinheiro que recebia do chefe da família.

A palavra orçamento doméstico começa a ganhar intensidade na década de 1950, e a primeira reportagem data de 18 de outubro de 1950, publicada como boletim “Sobre a agricultura em São Paulo”¹⁵

13 Idem.

14 Uma relação entre a questão da economia doméstica e gênero no Brasil foi apontada em trabalhos anteriores que apresentam o surgimento dos cursos superiores de economia doméstica no Brasil na década de 1950 (Leite, 2016).

15 Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19501018-23139-nac-0006-999-6-not/busca/or%C3%A7amento+dom%C3%A9stico>>. Acesso 10 de abril de 2017.

por Domingues de Louzada Junior¹⁶, o qual destaca a apicultura em São Paulo e finaliza a seção fazendo um contraponto entre as grandes e as modestas iniciativas da agricultura, relatando que há atividades rurais “que podem ser exercidas nas horas de ócio sem prejudicar as atividades principais do indivíduo, ou mesmo por sua mulher e seus filhos, possibilitando assim um meio de ganhar dinheiro, o que por si só constitui motivo de estímulo”, assim, enfatiza que as abelhas além de poderem ser fonte material de lucro também são fontes morais e cívicas, pois pode-se aprender com a ordem e disciplina social das abelhas, isto é – “O nosso agricultor não só aproveitaria o desperdício de tempo, bem como melhoraria muito as suas colheitas enriquecendo o orçamento doméstico”¹⁷. De certa forma, vemos o orçamento doméstico novamente como referente à casa, acompanhado de sugestões práticas de ordem econômica e moral de como é possível complementá-lo material e moralmente. Nesse ponto, observamos a analogia direta com “A Fábula das Abelhas”, de Bernard Mandeville, de 1723, a qual a discussão é entre os vícios privados (ganância dos homens, por exemplo) como fundamentais para criação de uma moralidade cívica que leve a prosperidade da nação (benefícios públicos).

É importante destacar que a intensidade do termo orçamento doméstico se dá na década de 1950, na mesma época em que o acervo nos fornece a primeira reportagem dentro da “categoria” feminino¹⁸, criada como ferramenta de busca e organização das

16 Buscamos referências sobre Domingues de Louzada Junior no próprio acervo do jornal O Estado de S. Paulo e não encontramos dados sobre a sua formação e demais informações.

17 Idem.

18 A primeira ocorrência do termo orçamento doméstico na categoria “feminino”, criada pelo próprio acervo do jornal, data da mesma década da reportagem anterior, de 17 de fevereiro de 1956. A reportagem intitulada “A fragilidade feminina”, editorial de Nova Iorque, traz dados de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos pela General Electric Company, relevando que mais de 10 milhões de mulheres trabalham fora e dentro de casa, somando 79 horas semanais. Por ser uma pesquisa conduzida por uma empresa que produz eletrodomésticos, vale relatar que a matéria aponta que os eletrodomésticos

informações do acervo. De modo geral, temos que orçamento doméstico fica relegado à questão da mulher, e da casa, e sua frequência no espaço público se dá no momento em que acontece a abertura dos cursos superiores de economia doméstica no Brasil (Leite, 2016)¹⁹.

Já a última referência encontrada da expressão orçamento doméstico é de 19 de março de 2017 – “Com crise, fiado volta a ganhar força”²⁰ – reportagem escrita por Márcia de Chiara²¹, na qual retrata que: “(...) Em 2016, até meio milhão de famílias começaram a adotar o pagamento fiado para abastecer a dispensa com itens básicos, como alimentos e produtos de higiene e limpeza e driblar o aperto do orçamento doméstico”. A matéria escrita por uma jornalista enfatiza que práticas econômicas que pareciam não existir ganham intensidade com o momento de crise e, claramente, o orçamento doméstico é ligado a contas da casa e despesas das famílias.

são os mesmos utilizados tanto pelas donas de casa quanto pelas mulheres que também trabalham fora – são eles: “fogão elétrico, refrigerador, máquina de lavar roupa, tostadeira automática, liquidificador, aspirador de pó e máquina de costura”. A matéria ressalta que a empresa escolheu uma representante típica do perfil de mulher que trabalha fora e apresentou a sua família com uma viagem para a cidade de Nova Iorque, a qual respondeu perguntas dos jornalistas relacionados a sua dupla jornada de trabalho, e deste modo, enfatiza que a “sua contribuição para o orçamento doméstico é de 39%”, assim, finaliza afirmando que, de acordo com, a pesquisa “não existe homem algum que deseja ou seja capaz de desempenhar o duplo papel da mulher que trabalha. As 79 horas de trabalho semanal parecem estar reservadas apenas para o sexo “frágil” [grifo do jornal]”. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560217-24782-nac-0034-fem-4-not/busca/tostadeira>>. Acesso 10 de abril de 2017.

¹⁹ Cabe destacar que a criação dos cursos superiores em economia doméstica se deu ligado às faculdades de Ciências Agrárias, com o objetivo de qualificar o engenheiro agrônomo para a “unidade econômica”, com o intuito de aumentar a produção e instruir a profissional de economia doméstica para a administração da “unidade social” (Garcia, 2001, p. 50), estabelecendo uma clara divisão sexual do trabalho.

²⁰ Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170319-45078-nac-33-eco-b9-not/busca/or%C3%A7amento>>. Acesso 10 de abril de 2017.

²¹ Márcia De Chiara é jornalista e economista, trabalha no Estadão desde 1996. Informações disponíveis em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/marcia-de-chiara/>>. Acesso 10 de maio de 2017.

2.2 O orçamento familiar no espaço público

Já a expressão orçamento familiar é veiculada pela primeira vez na reportagem “Fora da Pátria – Nossa regeneração financeira e sua relativa simplicidade”, escrita por José Feliciano²² em 12 de março de 1914. Ao falar da reforma financeira nos Estados Unidos, Feliciano sugere que o Brasil também deve iniciar uma reforma, a qual deve tentar fugir das intrigas política-eleitorais e dos interesses particularistas; assim, ressalta que há conhecimento e homens que podem colocar em prática soluções para as questões político-financeiras do país; entretanto, “há interessados em obscurecer os aspectos claros do problema”, deste modo, reforça que “são estes o que inventam misteriosas iniciações para afastar os tímidos sinceros e monopolizar o rendoso assumpto. São eles que num simples orçamento familiar, imaginam complicações que dissimulam os gastos profusos e dão a vida um fictício valor monetário”²³. Assim, o orçamento familiar aparece como algo simples e sem complicações; no entanto, a comparação é feita a questões políticas e econômicas.

Nesse sentido, a primeira referência ao termo orçamento familiar, quando começa a ganhar frequência no acervo do jornal, é da década de 1970 – mais precisamente de 1 de janeiro de 1970, do editorial do jornal que informa, segundo o título que o “custo de vida cresceu 21,2%”²⁴, da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, de acordo com a “fonte de estudos estatísticos mantida por cerca de 40 organizações de trabalhadores, o DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos”; assim, complementa que “os aluguéis, em

22 Buscamos referências sobre José Feliciano no próprio acervo do jornal O Estado de S. Paulo e encontramos que ele foi professor, considerado naquela época como um homem da ciência, e colaborador do jornal.

23 Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19140312-12865-nac-0004-999-4-not/busca/or%C3%A7amento+familiar>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

24 Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700101-29060-nac-0011-999-11-not/busca/Custo+vida+cresceu>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

média, elevaram-se em 21,8%, de janeiro a novembro último, a limpeza doméstica, um dos 10 itens que entram no orçamento familiar do trabalhador – encareceu 18,1%”²⁵. Aqui, a trajetória da expressão começa a ficar interessante em termos sociológicos, já que a matéria mesmo fazendo referência direta entre o orçamento familiar e as contas da casa, o objetivo da reportagem é relatar o aumento do custo de vida em termos macroeconômicos e, para isto, fornece dados produzidos pelo DIEESE.

Já a última notícia que encontramos referente ao orçamento familiar é de 06 de março de 2017, também da editoria do jornal, intitulada: “O Futuro ameaçado”²⁶, a qual ressalta que mesmo num cenário de crises e com os possíveis avanços das reformas trabalhistas e previdenciárias que podem afetar a questão da renda, constituindo um cenário de incertezas no país, os brasileiros não são levados a pouparem, assim a matéria apresenta uma pesquisa, realizada pela Sociedade de Proteção ao Crédito (SPC) e pela Confederação Nacional de Dirigentes de Lojistas, a qual aponta que “62% dos entrevistados disseram que não guardam dinheiro”, assim, enfatiza que tal realidade foi afetada pela crise “que fez crescer o desemprego e reduziu o rendimento real médio das famílias, o que apertou ainda mais o orçamento familiar”²⁷, isto é, o orçamento familiar é difundido em termos gerais e a sua aparição está associada novamente a dados estatísticos sobre a realidade econômica do país.

Assim, notamos que, claramente, a expressão orçamento doméstico fica relegada ao âmbito da casa, do simples, do cotidiano, e orçamento familiar, por mais que reflita o âmbito privado, associa-se às questões mais macrossociais e são reforçadas por dados, estatísticas e estudos realizados por diversos órgãos no

25 Idem.

26 Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170306-45065-spo-3-edi-a3-not/busca/or%C3%A7amento+familiar>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

27 Idem.

Brasil. Isso posto, as investigações desenvolvidas pelos institutos de pesquisa no país adotam o termo “orçamento familiar”, o que acaba simbolicamente reforçando a aproximação da expressão às questões de âmbito público.

2.3 Sobre os Institutos de Pesquisas

Hoje, no Brasil, o IBGE é o principal instituto produtor de dados sobre o orçamento das famílias e as pesquisas de amostragem têm como objetivo promover políticas sociais, contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população e estabelecer as políticas públicas “nos campos da nutrição, orientação alimentar e de produção e distribuição de alimentos, saúde, entre outras, em que são particularmente úteis as quantidades adquiridas de alimentos para consumo no domicílio”²⁸. As duas últimas versões da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) disponíveis no sítio do IBGE compreendem os anos de 2002-2003 e 2008-2009, respectivamente; entretanto, foram antecipadas de outros estudos, de acordo com o IBGE, realizados, na década de 1970, o “Estudo Nacional de Despesa Familiar (1974-1975); já nos anos de 1980, a “Pesquisa de Orçamentos Familiares (1987-1988)”; e na década de 1990, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (1995-1996), “sendo essas duas últimas concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE”²⁹.

Desde a década de 1970, o IBGE tem realizado pesquisas em âmbito nacional sobre o orçamento familiar; entretanto, a POF, mais especificamente, surgiu nos anos 1980 e é realizada a cada dez anos no país. De acordo com o IBGE, as Pesquisas de Orçamentos Familiares 2002-2003 e 2008 e 2009, de modo geral, têm por es-

28 Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pof/tabelas>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

29 Idem.

copo “fornecer informações sobre a composição dos orçamentos domésticos, a partir da investigação dos hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas”³⁰. Os resultados apresentados em tabelas sobre as formas de famílias sejam elas: unipessoal; casal sem filhos; casal com filhos; casal com filhos e outros parentes; pessoa de referência mulher, sem cônjuge com filhos; e outros grupos estão relacionados com os indicadores de idade, escolaridade, posição na ocupação, rendimento, saúde, sexo, cor ou raça e religião. A referida pesquisa dos anos de 2008-2009 é resultado também de convênio com o Banco Mundial e com o Ministério da Saúde, e também teve como intuito agregar dados sobre a questão da saúde da população brasileira³¹. As duas últimas versões da POF trazem como diferencial medidas antropométricas, mas vale destacar que também consideram a avaliação subjetiva das famílias sobre sua qualidade de vida.

Entretanto, é importante retomar Deeming (2010) para refletirmos sobre os objetivos da realização das pesquisas em grande escala pelos institutos de pesquisa, que, metodologicamente, sistematizam as informações do orçamento das famílias via a tabulação de dados sobre rendas e despesas (monetárias), de acordo com os indicadores sobre alimentos e composição alimentar, para assim interpretar (estatisticamente) a qualidade de vida da população brasileira³²; tornando-se medidores (hipotéticos) da pobreza do país a partir da criação de índices que passam a embasar políticas sociais. Assim, temos um parâmetro do orçamento no Brasil através

30 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedevida/pof/2002/default.shtm>>. Acesso em 17 de abril de 2017.

31 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=25>. Acesso em 17 de abril de 2017.

32 Vale destacar que o DIEESE também realizou pesquisas sobre o orçamento familiar nos anos: 1958, 1969/70, 1982/83 e 1994/95. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/pof3.xml>>. Acesso 17 de abril de 2017.

da aferição da composição monetária (renda e despesa), que avalia o poder de consumo e níveis de vida; não considerando, portanto, os demais mecanismos sociais que compõem o orçamento de famílias brasileiras.

Entretanto, a aplicação (individualizada e sistematizada) dos questionários pelo IBGE contendo questões previamente estabelecidas suscita uma reflexão sociológica, isto é, parte-se da ideia de que o indivíduo ao ser entrevistado já possua as respostas elencadas “racionalmente” [grifo nosso] sobre o seu orçamento. Porém, muitas vezes, podemos inferir que é no momento em que as pessoas são abordadas pelos entrevistadores, que elas são estimuladas a recuperar em sua memória e refletir sobre tais situações que envolvem o orçamento no seu dia a dia; pois não podemos partir do pressuposto de que as famílias de todas as classes sociais tenham um comportamento padronizado e racional.

Essa inquietação sobre a aplicação de questionário surgiu a partir do desenvolvimento de uma pesquisa que tem como objetivo desvendar as tramas relacionadas ao amor e dinheiro no âmbito da intimidade³³. Assim, ao realizar uma pesquisa exploratória via a aplicação de questionários (Leite e Brincker, 2017), notamos certo desconforto das pessoas ao responder questões que envolvem as contas da casa provavelmente porque falar sobre o dinheiro é uma questão considerada tabu para os brasileiros (Oliven, 2001). Assim, seguimos códigos sociais, ou seja, é neces-

33 Os dados apresentados sobre a dinâmica do grupo focal com mulheres de baixa renda compõem etapas do projeto de pesquisa: “Ressignificando a economia: da sociologia das práticas econômicas à sociologia fiscal no Brasil”, bem como a dissertação “Entre o amor e o dinheiro: as tramas cotidianas das transações econômicas”, de Tanise Brincker, os quais estão vinculados ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. Uma discussão sobre o procedimento de realização dos grupos focais foi desenvolvida em: Leite, E. S.; Brincker, T. Para além da “racionalidade”: as transações econômicas e emocionais do orçamento doméstico. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS). Brasília, DF, 2017 (no prelo).

sário saber em que momento e para quem podemos perguntar, por exemplo – quanto você ganha?³⁴

Desse modo, optamos pela realização de grupo focal com mulheres (com renda de 1 salário mínimo) casadas e divorciadas sobre a composição do orçamento (Leite; Brincker, 2017), no qual foi possível observar o entrelaçamento de questões que misturam vários “dinheiros” (salários, ajudas, bônus) e emoções, emaranhadas por cálculos, contas, presentes e gratificações, que apontam evidências sobre a constituição do orçamento doméstico, composto por agentes que discutem, por um lado, “racionalmente” as despesas da casa – como o caso da Entrevistada 2 “[...] Eu tenho tudo anotadinho. [...]. Eu tenho, assim, como regra, eu nunca passo da metade do meu salário com outros gastos, tipo assim, se eu ganho mil, eu gasto quinhentos. (...) Não posso mais gastar (...) porque se eu precisar de um remédio, se eu precisar de qualquer outra coisa, né?”. Isso é, por um lado vemos como a entrevista tem a gestão das suas contas organizada em anotações “racionais” [grifo nosso], antecipando gastos surpresas do mês e buscando seguir o que ela entende como uma boa gestão do seu dinheiro; ao mesmo tempo, a mesma entrevistada encara a gestão de maneira mais tradicional, na qual deseja que seu marido seja a fonte maior de recursos.

Entrevistada 2: Eu trabalhava, mas era só pra mim e pras guias, e a casa era com ele! A luz que eu pagava, mas tipo o sustento da casa era com ele. [...] comigo era só roupa pras crianças, material escolar essas coisas e tal. [...] ele sempre foi assim, ele era a casa, e eu as outras coisas, como eu trabalhava com

34 Por exemplo, notamos no desenrolar desta pesquisa exploratória que perguntar para aqueles que se dispuseram a participar da pesquisa – o quanto você ganha? – soava invasivo, e, num primeiro momento, tivemos que alterar a pergunta para faixas de salário mínimo, assim, como fazem os institutos de pesquisa. Desse modo, optamos para seguir a pesquisa via a realização de grupos focais, no qual elencamos alguns tópicos e deixamos as pessoas falarem sobre o seu cotidiano referente às despesas, aos gastos, ao lazer, aos presentes, às recompensas.

carteira assinada, e ele era autônomo, tinha aquele tempo que ele não tinha serviço, aí, naquele mês eu bancava, aí, no outro mês era ele, agora eu estou trabalhando, agora é comigo! Sempre foi assim, enquanto a gente morou junto, sempre foi assim.

Assim, notamos a presença de dispositivos culturais ao observar que as mulheres ao representar as contas da casa (como pagamento de água, luz e supermercado) se baseiam no ideário tradicional e apontam o dinheiro do homem/marido como o “grosso” das despesas da casa. Entretanto, foram recorrentes expressões como: – “O pai delas até agora tava me dando, mas ele é meio de lua. [...]”; ou, “Agora ele até ajuda, mas antes não ajudava”. Assim, os exemplos elucidam que, na prática, o dinheiro “graúdo” do orçamento advém do esforço diário dessas mulheres.

Em hipótese alguma temos o interesse de invalidar as pesquisas realizadas pelos institutos, mas, sim, buscamos desnaturalizar a percepção que temos sobre o orçamento doméstico e/ou familiar, que figura como um dispositivo no qual é “dado de barato” que famílias de todas as classes sociais se reúnem e conversam sobre o orçamento, planejam, tomam notas e executam as metas previstas. Além disso, como somos bombardeados diariamente por inúmeras pesquisas, por exemplo, que apontam que os homens ganham mais do que as mulheres³⁵, passamos a naturalizar a ideia de que é o salário “deles” que compõem o “grosso” do orçamento. Tais ocorrências podem funcionar em algumas famílias de determinadas classes sociais, mas não se constituem regras gerais de interpretação do orçamento nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, Motta (2016), a partir de uma etnografia da economia no dia a dia de famílias, com o objetivo de

35 “De acordo com o IBGE – “Em 2015, 6,2% dos homens ocupados de 25 anos ou mais estavam em cargos de gerência ou direção, entre as mulheres, essa proporção era de 4,7%. A desigualdade salarial também é elevada, visto que as mulheres nesta posição recebiam, em média, 68,0% do rendimento médio dos homens”. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3326&busca=1&t=sis-2016-67-7-idosos-ocupados-comecaram-trabalhar-14-anos>>. Comunicação Social 2 de dezembro de 2016. Acesso em 10 de abril de 2017.

desafiar a ortodoxia econômica, explora as dinâmicas entre práticas econômicas, família e cotidiano e apresenta a importância das mulheres na construção e transformação do espaço da casa.

De acordo com Guérin (2002), a moeda é resultado de uma construção social da qual tem uma dimensão de gênero, isto é, homens e mulheres diferenciam os usos da moeda, o que pode ser consequência de uma forma de preservar a divisão sexual dos papéis e das responsabilidades culturalmente construídas pela sociedade. Para Zelizer (2011), os agentes envolvidos nas relações, sejam casados, familiares e até mesmo desconhecidos, definem e regulam de diversas maneiras seus dinheiros seja em termos objetivos, seja mesmo subjetivamente.

A idealização subjetiva do orçamento, portanto, enquadra os comportamentos sociais relacionados ao que cabe tradicionalmente ao homem e à mulher e afeta a percepção do orçamento, retratando muitas vezes como as pessoas gostariam que fosse a composição do orçamento, do modo como realmente ele é sustentado na prática.

Nesse ínterim, o contexto brasileiro é fundamental. Para Neiburg (2007), brasileiros e argentinos foram longamente educados na instabilidade monetária, interiorizando a ideia de que o valor de suas moedas depende de situações transitórias e é produto de convenções que resultam de condições políticas singulares. O autor também demonstra que a inflação naturalizou-se na sociedade brasileira e fomos educados, nas palavras do autor, “a conviver com a perda do valor da moeda, e a se defenderem de seus efeitos nocivos e, também, a aproveitarem as oportunidades abertas por ela” (Neiburg, 2007, p. 130). Assim, desde o período inflacionário da década de 1980, gastar passa a ser considerada a melhor coisa que se podia fazer com o dinheiro, já que as taxas de juros chegaram a mais de 50% por mês no Brasil. O ideal de consumo marca a formação do *habitus* (cf. Bourdieu, 2003) do brasileiro, criando a sensação de que o dinheiro estava (e, ou está) sempre “fugindo das mãos dos brasileiros”, conforme destaca Oliven (2001).

Os questionários, portanto, aplicados em pesquisas de grande escala nos fornecem respostas prontas e padronizadas, mas os mecanismos sociais de sustentação do orçamento não são produtos estritamente racionalizados, além de fatores como classe social, escolaridade, entre outros, isto é, aspectos incorporados que compõem o *habitus* (cf. Bourdieu, 2003b) dos indivíduos, não podemos esquecer a situação cotidiana que marca a vida de famílias e indivíduos como emoções e impulsos, sentimentos e memórias, e atos de recompensas que também afetam o orçamento (Leite; Brincker, 2017). Entretanto, no cenário atual, quem tem o monopólio de definir o orçamento é o Estado, em especial, via o IBGE. Assim, o monopólio das pesquisas não apenas reúne os dados sobre o orçamento, mas também dita o conteúdo e a forma como enquadramos o orçamento. De maneira geral, os dados qualitativos da pesquisa com mulheres revelam a necessidade de sistematizar as diversas racionalidades que compõem e sustentam os mecanismos sociais e principalmente culturais que moldam o orçamento no dia a dia.

Assim, são criadas convenções sociais (Douglas, 1998) via o campo de domínio das pesquisas sobre o orçamento no país, as quais também são afetadas pelo ideário do “orçamento saudável”, propalado por economistas e consultores financeiros, que adentra em nossas vidas pelos noticiários populares, programas de TV e entretenimento, entre outros. Isso posto, são todos fatores que podem refletir sobre e nas respostas dos referidos questionários que, em síntese, conseguem aferir mais uma percepção “prescritiva” [grifo nosso] do orçamento, composta por dispositivos culturais presentes na sociedade contemporânea.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo realizar um exercício de desnaturalização do orçamento, mostrando as suas variações de duas maneiras. Primeiro, pela trajetória dos termos no campo acadêmico, no qual recuperamos a bibliografia de investigadores so-

ciais que refletiram sobre a temática que vai de LePlay e Engels a Zimmermann, e adentra por questões que englobam o estudo da família, a relação entre renda e alimentação, e as dinâmicas de mobilidade entre a vida urbana e rural, e depois se associa ao consumo das classes trabalhadoras. Assim, no que tange ao Brasil, temos o pioneirismo de Alberto Guerreiro Ramos com sua proposta de sociologia engajada, que via o estudo dos orçamentos pretendia entender e definir os níveis de vida dos brasileiros para formulação de políticas sociais.

A segunda etapa que envolve o processo de desnaturalização do dispositivo expõe, a partir da mídia, aqui, ilustrada pelo jornal O Estado de S. Paulo, indícios de alterações de sua forma e conteúdo ao longo dos anos; deste modo, podemos inferir que no começo do século, o termo “orçamento doméstico” foi enquadrado como referente ao âmbito da casa, e desde então é relegado às mulheres, expressando a mobilidade social e o crescimento das cidades (“A lenha e as mattas”), bem como, partindo da analogia da disciplina das abelhas, o orçamento foi associado a prescrições formais e morais de como pode ser incrementando “racionalmente” (“Sobre a agricultura em São Paulo”), e finaliza associado ao retorno de (antigas) práticas econômicas como o “pagamento fiado” em épocas de crises (“Com crise, fiado volta a ganhar força”); portanto, nitidamente o orçamento doméstico é veiculado às contas da casa e às despesas das famílias. Já no que tange a expressão “orçamento familiar”, no início do século, aparece como algo simples e sem complicações, no entanto, os conteúdos, ao longo do tempo, começam a se associar às questões de ordem “macro”, sejam econômicas, sejam políticas (“Fora da Pátria – Nossa regeneração financeira e sua relativa simplicidade”), bem como passa a ser legitimado por estatísticas gerais produzidas por institutos de pesquisa, que claramente abordam padrões de consumo e níveis de vida (“custo de vida cresceu 21,2%”); deste modo, o orçamento familiar está estritamente vinculado a dados estatísticos sobre a realidade econômica do país (“O Futuro ameaçado”).

Por fim, notamos que a versão oficial que legitima o orçamento em sua forma e conteúdo se dá pelo monopólio do Estado (Deeming, 2010), no caso, pelo IBGE no Brasil. Desse modo, o orçamento é enquadrado e constituído em termos estatísticos e monetários (composto por números e indicadores, isto é, formas “racionais” que passam a representar a realidade social) e os mecanismos sociais e demais moedas (e/ou racionalidades) que o compõem permanecem obscurecidos.

Desse modo, a ideia não é atacar ou apontar os erros dos economistas ou das pesquisas desenvolvidas pelos institutos, mas, sim, enfatizar uma dimensão do orçamento que vai para além de sua constituição como mero dispositivo estatístico de mediação de pobreza e de poder de consumo; já que este rumo torna-se perigoso quando recai, por exemplo, na construção de índices que vão mediar questões socioeconômicas e, em seguida, servir como dados oficiais para realização de políticas públicas.

Sociologicamente, o orçamento não pode ser visto apenas como uma questão monetária e estatística, de acordo com as informações da pesquisa realizada com mulheres foi possível observar que as famílias adicionam em seu orçamento diversas moedas, por exemplo, as “ajudas”, ou seja, o “dinheiro” do cuidado com os filhos realizados pelas avós, parentes e vizinhos que cuidam (sem remuneração monetária) (Leite; Brincker, 2017). Como ressalta Zelizer (1994), o dinheiro possui significado social e atribuímos a ele não apenas significados quantitativos, mas também qualitativos e, portanto, nem todas as moedas que compõem o orçamento devem ser vistas pelo aspecto monetário, no caso, “as ajudas” (o cuidado não remunerado) são fundamentais, representando uma importante moeda para o orçamento (Leite; Brincker, 2017).

Mediante o exposto, a constituição do orçamento não é apenas pautada por ações racionais dos indivíduos, mas motivada pelo contexto político-econômico, bem como por aspectos culturais, pela moralidade, por crenças e valores (Zelizer, 2003, 2011; Lei-

te; Brincker, 2017). Isso posto, compreender como se constitui o orçamento no dia a dia de indivíduos e famílias, para além de sua dimensão puramente técnica, econômica e prescritiva, é um grande desafio sociológico, pois envolve relações de poder, *habitus* e crenças compartilhadas.

Referências

BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economía**. Trad. Thomas Kauf. Barcelona: Editorial Anagrama, 2003a.

_____. A formação do *habitus* econômico. **Revista Sociologia**, 2003b.

CARRUTHERS, B. G.; ESPELAND W. N. Accounting for Rationality: Double-Entry Bookkeeping and the Rhetoric of Economic Rationality. **American Journal of Sociology**, v. 97, n. 1, 1991.

DEEMING, C. The Historical Development of Family Budget Standards in Britain, from the 17th Century to the Present. **Social Policy & Administration**, v. 44, n.7, pp. 765–88, dez. 2010.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 1998.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ªed. São Paulo, Ática, 1978.

GARCIA, T. M. **Uma história em cena construindo a identidade de seus atores**: o curso de ciências domésticas da UFPel (1960-1997). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GUÉRIN, I. Le sexe de la monnaie. **Le Journal des Anthropologues**, n. 90-91, p. 213-30, 2002.

GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), v. 46, p. 59-77, 2016.

HIRSCH, P; MICHAELS, S; FRIEDMAN, R. 'Dirty hands' versus 'Clean Models': Is Sociology in Danger of Being Seduced by Economics? **Theory and Society**, v. 16; n.3, p. 317-36, 1987.

LANGLOIS, S. Nouvelles orientations en sociologie de la consommation. **L'année psychologique**, v. 52, n.1 p.83-103, 2002.

- LEITE, E. S. Entre a economia e a crítica feminista da “racionalidade”: um esboço dos cursos de economia doméstica no Brasil. **Política & Sociedade** (Online), v. 15, p. 254-81, 2016.
- LEITE, E. S.; BRINCKER, T. Para além da “racionalidade”: as transações econômicas e emocionais do orçamento doméstico. **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)**. Brasília, DF, 2017 (no prelo).
- MORAES FILHO, E. **Prefácio ao livro Apontamentos de direito Operário**. São Paulo: LTr, 1971.
- MOTTA, E. Casas e economia cotidiana. In: Rute Imanishi Rodrigues. (Org.). **Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. 1ed. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2016, p.197-214.
- NEIBURG, F. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. **Mana**, v.13, n.1, p. 119-51, 2007.
- OLIVEN, R. G. De olho no dinheiro nos Estados Unidos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.
- PAULI, J.; LEITE, E. S.; ROSENFELD, C. L. Entre o oikos e a firma: a influência do crédito na transição socioeconômica da agricultura familiar brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRRJ), v. 24, p. 28-42, 2016.
- RAMOS, A. G. Sociologia do orçamento familiar (normas de vida). **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v.3, n. 3, p. 11-21, set. 1949.
- _____. **Sociologia do Orçamento Familiar**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- ROBERTS, E. Household budget studies in the British dominions, 1873-1939, HHB. **Working Paper Series**, n. 2, jun. 2016.
- SWIDLER, A. Culture in Action: Symbols and Strategies. **American Sociological Review**, v. 51, n. 2. p. 273-286, abr. 1986.
- ZELIZER, V. **The Social Meaning of Money**. New York: Princeton, 1994.
- _____. O Significado social do dinheiro – “dinheiros especiais”. In: **A Nova Sociologia Econômica: uma antologia**, org. Rafael Marques e João Peixoto. Celta Editora, Oeiras. p. 125-65, 2003.
- _____. **A negociação da intimidade**. Coleção Sociologia. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ZIMMERMAN, C. Family budget as a tool for sociological analysis, **American Journal of Sociology**, 33, p. 901-11, 1936.

Recebido em 24/02/2017

Aprovado em 31/05/2017